



## **A OFERTA DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UEG: desafios e embates no contexto de mercantilização da educação superior**

**Luiza Rodrigues dos Santos\* (PG), e-mail: rosantos.luiza@gmail.com, Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita (PG)**

**Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiás, Unidade Universitária de Inhumas Avenida Araguaia, 400 Vila Lucimar. CEP: 75. 400 000. Inhumas GO.**

**Resumo:** A sociedade atual tem sido palco de grandes retrocessos. A política neoliberal se define pela logicidade do mercado e é organizada pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos, em proveito da dimensão privada transformando-os em serviço, isto é, operacionalizando a privatização dos direitos de modo que cada indivíduo se torne empresário de si mesmo. Presenciamos uma fase do capitalismo ultraconservador, no qual o trabalho docente se constitui em produto e o conhecimento se converte em mercadoria que não está disponível para todos. Para justificar a necessidade desta pesquisa, partimos do pressuposto, frente a atual conjuntura nacional que diz respeito às políticas públicas de refuncionalização da educação. Tal fato nos leva a relevância desta pesquisa, partido de indagações diversas e a refletir sobre a educação superior brasileira e a formação de professores e sua nova configuração, atrelada ao mercado. Os dados indicam, que o campo das licenciaturas no Brasil tem vivenciado dias críticos, ao ser distanciado do pensamento crítico, da formação humana e científica.

**Palavras-Chave:** Educação Superior. Políticas Educacionais. UEG. Licenciaturas.

### **Introdução**

Este texto que compõem parte de algumas das indagações da pesquisa, que se encontra em processo inicial, tenta explicitar alguns dos retrocessos, a qual a universidade pública vem sendo submetida, ao fortificar a perspectiva gerencialista em sua natureza, somando-se a isso, o desprestígio na formação de professores para a educação básica, ao ser afetada pela lógica do mercado. Os princípios ultraneoliberais e neoconservadores, tem sido influência marcante na elaboração e implementação das políticas públicas para a educação superior, de modo a serem afetadas pelas reformas de austeridade fiscal promulgadas pela extrema direita.

Face ao contexto, constitui-se como problema da pesquisa: Quais os desafios enfrentados pela UEG para garantir a oferta dos cursos de licenciatura e cumprir sua missão de interiorização da Educação Superior em Goiás? Para guiar o processo investigativo em responder a estas questões busca-se o seguinte objetivo geral: Analisar e interpretar as ações políticas para a formação de professores na UEG. Como objetivos específicos pretendemos: compreender o cenário da oferta dos cursos de licenciatura da UEG, na conjuntura das políticas educacionais do Estado de Goiás; investigar a oferta dos cursos de licenciaturas no período de 2019-2020 e, refletir sobre a racionalidade neoliberal/neoconservadora e a mercantilização da educação superior no contexto global, nacional e regional.

### **Material e Método**



Como recurso metodológico recorreremos à abordagem quantitativa, por meio do tipo de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fonte de pesquisa, livros, coletâneas de textos, artigos, dissertações e teses, e no plano documental, dados estatísticos, resoluções e legislações pertinentes as políticas educacionais, a educação superior pública e a UEG, considerando a flexibilidade da apreensão dos dados, de forma a garantir o movimento dialético no qual o objeto de estudo pode ser constantemente revisto, o que exige vigilância epistemológica. (LIMA e MIOTO, 2007).

De acordo com Carneiro; Mesquita e Afonso (2017), no Brasil, após o período da ditadura militar, foi implantado nas políticas públicas o modelo neoliberal, cuja referência principal é o mercado, o qual afirma ter soluções para toda ordem de problema. Diante disso, a Teoria Social de Marx e o seu método pode contribuir para explicar a realidade contraditória, ao refletir sobre o mundo ocidental globalizado, ao constituir-se na existência de uma sociedade baseada nos princípios dos meios de produção pela propriedade privada, transformando a educação como mercadoria, a serviço da reprodução do capital.

## **Resultados e Discussão**

Para refletirmos acerca da realidade desta temática, é necessário retomarmos brevemente ao contexto histórico e macroeconômico, partindo da reforma do Estado brasileiro empreendida durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), sabendo que é necessário levar em consideração também o processo histórico e as ações empreendidas durante os governos petistas (2003-2016), e atualmente, os retrocessos que o País tem vivenciado desde o governo Michel Temer (2016-2018), dos quais têm sido mantidos e potencializados pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022).

Segundo Oliveira e Ferreira (2008), essa reforma ocorrida no governo FHC, objetivou modernizar e racionalizar as atividades estatais, instituindo sobretudo o chamado setor dos serviços não-exclusivos do Estado, o que implicaria mudança das instituições estatais para instituições não-estatais (organizações sociais), trazendo consigo elementos de cunho privatista, conforme explicita os autores:

Neste setor estaria a educação, que deveria ser ofertada por organizações sociais prestadoras de serviço que estabeleceriam contratos de gestão com o Estado. Assim, a reforma do Estado brasileiro, na década de 1990, ao enfatizar a importância do setor de serviços não-exclusivos do Estado, passou a conceber a educação não mais como um bem ou direito público e gratuito, mas sim como um serviço que pode ser privatizado. (OLIVEIRA e FERREIRA, 2008, p. 201).

Nos dias que correm, os governos ultraneoliberais têm empreendido ações austeras e autoritárias ao formularem e conduzirem as políticas públicas. Nesse aspecto, o paradigma do



neoliberalismo, é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional e perpassa fortemente o cenário político, econômico e social, ao conceber-se como a nova razão do mundo, conforme a perspicaz observação de Dardot e Laval (2016).

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (Dardot e Laval, 2016, p.14)

Essa nova racionalidade, acaba impondo a lógica mercantil em todos os setores da vida e das relações humanas, visa reconstruir não apenas as instituições e as políticas econômicas, mas também a subjetividade das pessoas para torná-las mais adaptadas e adequadas, ao capitalismo globalizado. Na educação, especificamente na elaboração das políticas públicas, surgem diversas iniciativas políticas do movimento neoliberal, articulados em grande parte por organismos multilaterais, em detrimento da nova aliança hegemônica. Iniciativas que giram em torno de uma relação íntima entre educação e economia, sendo a primeira, campo de disputas ideológicas e do fundo público, conforme afirma Apple (2003).

“A educação é um espaço de luta e conciliação. Serve de representante e também de arena para batalhas maiores sobre o que nossas instituições devem fazer, a quem devem servir e quem deve tomar essas decisões. E, apesar disso, é por si mesma uma das maiores arenas em que os recursos, o poder e a ideologia específica a política, finanças, currículo, pedagogia e avaliação são debatidos.” (Apple, 2003, p. 42)

A equivalência humana na racionalidade neoliberal, é de transformar todo fôlego social em empresa, ao erradicar qualquer forma de compreensão e valorização da coisa pública, da educação, da escola, da universidade como instituição social, um bem público, de direito de todos e dever do Estado, e sua natureza de promoção do conhecimento científico, fundamentada no tripé crucial para o cumprimento de sua missão: o ensino, a pesquisa e a extensão, e não meramente um produto, com intencionalidades pragmáticas para o desenvolvimento do Estado.

Passou-se a exigir da educação superior sua rendição à racionalidade gerencial, privada e mercadológica. Daí constata-se uma redução significativa do financiamento público e a introdução de modelos gerenciais ou empresariais na administração universitária. Estes novos fatores vêm alterando a natureza das IES que passam a atender fundamentalmente as exigências do mercado, levando-as, a se distanciarem dos princípios da autonomia universitária.

Chauí (2001), chama a atenção para a transformação da universidade como instituição para organização social. Segunda a autora, a organização social é regida pela prática administrativa da gestão, do planejamento, da previsão, do controle e do êxito. Seu foco não



passa pela discussão da sua existência na sociedade, da sua função social e do seu lugar no interior das lutas de classes. O seu objetivo é vencer a competição no mercado ao prestar serviços. Então, essa forma de pensar a universidade como um espaço de racionalidade técnica para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho é excludente, pois desconsidera o processo histórico da universidade e de caráter contra hegemônico que prima pela formação científica, mas também ética, técnica, artística, cultural e humana porque compreende a realidade social como pseudoconcreta, contraditória e dialética. (SILVA e SILVA, 2020).

Influenciada por essa racionalidade, temos a situação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), vivenciando desde 2019, devido a reforma administrativa um redesenho institucional, ao intensificar o processo de corte de *campi* e de cursos, especificamente, os cursos de licenciaturas, que de acordo com Silva e Silva (2008, p. 295), “sabemos que não é de hoje o ataque às licenciaturas no estado e no país, principalmente pela *eadização* do ensino que aliás se inicia com alguma disciplinas até chegar ao curso completo.” Em uma breve análise, segundo levantamentos de Silva e Silva (2020), referente a oferta de Licenciaturas da UEG para o ano letivo de 2020/1, foram ofertadas 49 turmas distribuídas entre os seguintes cursos: Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Geografia, História, Letras Português/Inglês, Matemática, Pedagogia e Química. Tendo destes quase a metade cortados, foram 21 cursos de licenciaturas excluídos, sem serem ao menos informados no Edital.

No Capítulo XXI do referido Edital, que trata “Do preenchimento das vagas”, na seção I que trata “Da opção por turma (campus/cidade/modalidade/turno)”, Artigo 252, tem a seguinte redação: “Somente serão confirmadas as turmas (campus/cidade/modalidade/turno) que atingirem maior número de optantes, em primeira opção, conforme descrito no Anexo II, respeitado o limite de turmas e a capacidade de cada turma”, advertindo ainda que “Será formada apenas uma turma por campus/cidade/modalidade/turno” (UEG, 2019, p. 26). Percebe-se a formação de professores claramente atacada, tendo como movimento ações políticas de desgoverno estadual que desenvolve ações autoritárias. “Um verdadeiro retrocesso nas políticas de formação docente e no processo de interiorização da educação superior no Estado de Goiás.” (SILVA e SILVA, 2020, p. 300).

## **Considerações Finais**

Em essência, encontra-se na historicidade, a educação superior, elitizada e relacionada ao poder burguês, à modernização, ao desenvolvimento econômico, ao mercado, à racionalidade instrumental e ao controle social. Nessa direção, mesmo sendo permeada por uma gama de complexidade e vicissitudes, “a UEG possui importante relevância na oferta de



educação superior pública em Goiás, principalmente pela sua capacidade de possibilitar o ensino universitário público no interior do estado, com ênfase na formação de professores por meio dos cursos de Licenciaturas.” (CARVALHO, 2017, p. 135).

Nessa direção, podemos refletir acerca do modelo neoliberal para a formação de professores que tem sido difundido na atualidade, ao vivenciarmos recorrentes investidas aos profissionais da educação, a corroboração de múltiplos espaços de formação de professores que desvaloriza a formação humana e científica, e ainda a depreciação de uma formação socialmente referenciada, integrando as funções de exercício do ensino, da pesquisa e da extensão. A formação de professores, em um contexto crítico como este, é mutilada, diminuída e desvalorizada.

### Referências

- APPLE, Michael W. **Educando a Direita: mercado, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **A UEG no contexto das universidades estaduais brasileiras: histórico, assimetrias e desafios**. Anápolis: Editora UEG, 2017.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes; MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra; AFONSO, Lúcia Helena Rincon. **Os pressupostos da teoria social de Marx na perspectiva da pesquisa acadêmica**. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (Org.). **Teorias do Desenvolvimento Local, Regional, Territorial: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.
- OLIVEIRA, João Ferrera de; FERREIRA, Suely. **Concepção e funções sociais da universidade: o caso da Universidade Estadual De Goiás (UEG)**. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 26, p. 199-213, jul./dez. 2008.
- SILVA, Luciana Nogueira da; SILVA, Maria Eneida da. **O mapa do retrocesso da interiorização da educação superior: a redução da universidade estadual de goiás**. Formação em Movimento v.2, i.1, n.3. p. 292-308, jan./jun.2020. ISSN 2675-181X
- UEG. **Edital de Abertura**. Processo Seletivo UEG 2020/1. Anápolis, GO: UEG/NS, out. 2019. Disponível em: <http://www.nucleodeselecao.ueg.br/pdfs/processos/254/Edital%20Retificado%20-%20PS%202020-1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.